

O DIREITO COMO VALOR E AS PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS NO BRASIL DO SÉCULO XXI *

Francisco Otávio de Miranda Bezerra

(Coordenador do Curso de Direito, Professor Titular da Disciplina Direito Processual Civil e Chefe da Assessoria Jurídica da Universidade de Fortaleza, da Fundação Edson Queiroz, Vice-Presidente da Comissão Nacional de Ensino Jurídico do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Secção do Ceará, em exercício, Graduado e Pós-Graduação em Direito Processual Civil – Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará).

* Conferência apresentada ao Colóquio pela Universidade Lusfada, em Lisboa, na República Portuguesa, aos 14 e 15 dias do mês de Março de 2002.

Resumo: O autor começa por uma aproximação ao conceito de Direito, considerando que uma das causas da decadência do Direito está na (falta de) “vocação e formação dos operadores jurídicos”. Procede igualmente a uma breve descrição histórica sobre a natureza das profissões jurídicas e sobre o estado actual dessas profissões no Brasil.

Palavras-chave: Profissões Jurídicas; Advocacia; Magistratura.

1.º – Das considerações sobre o Conceito de Direito e seu Carácter Axiológico

A clássica definição de Dante Alighieri, em seu clássico tratado *Da Monarquia* (Trad. João Penteadado E. Stevenson. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1967 Livro II, Cap. V), é sempre recitada para dizer que o “Direito é proporção real e pessoal de homem para homem, a qual, quando é mantida por estes, mantém a sociedade, e quando se corrompe, corrompe-a”. Ou, conforme pronunciada pelo autor: “*Just est realis et personalis hominis ad hominem proportio, servata hominum servat societatem et corrupta corrumpit*”.

A poética proposição guarda em si mesma as ideias de *intersubjetividade*, *sociabilidade e proporcionalidade*, actualmente tão referenciadas por autores modernos, como o egologista platino Carlos Cossio, que entende o Direito como “conduta em interferência intersubjetiva” ou Rudolf Stammler, que o associou a um “querer vinculatório, autárquico e inviolável”¹

Inegável, contudo, a supremacia actual das visões do Direito contaminadas pelos *imperativos categóricos* de Immanuel Kant e por sua noção de bem-comum como fim último da vontade humana, os primeiros lançados na *Crítica da Razão Pura* (Trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão, 4 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997), os segundos, na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (Trad. Paulo Quintela, Lisboa: Edições 70. 1997).

Os neokantianos, destacando-se dentre todos Hans Kelsen, fundador da Escola de Viena, enaltecem um ou outro elemento caracterizador do Direito,

¹ COSSIO, Carlos, *La Teoría Ecológica del Derecho e el Concepto Jurídico de Libertad*, p. 13; STAMMLER, Rudolf, *Economía y Derecho*, p. 466, ambos *Apud* VASCONCELOS, Arnaldo, *Teoría da Norma Jurídica*, 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1986, p. 1).

especialmente a *norma*, estendida a ordem jurídica como uma ordem normativa, em que as condutas se amolgam aos preceitos.

O normativismo chega às raízes de enquadrar a autonomia da vontade como forma indirecta e derivada de uma potestade conferida juridicamente por uma estrutura legisferada, como tão bem crítica Herbert L. A. Hart (*O Conceito de Direito*. Trad. A. Ribeiro Mendes, 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, p. 226).

Entretantes, um dos mais repetidos ataques aos corifeus do kelsenianismo encontra-se na afirmação, uma vez proferida de boa-fé, de que seu constructo teórico abomina os valores.

Trata-se, forçoso reconhecê-lo, de uma inverdade científica – acaso se pode falar em *verdades* quando se fala em Ciência. Com efeito, basta a leitura das primeiras páginas de sua *Teoria Pura do Direito* (Trad. João Baptista Machado, 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 1) para que se desacredite daquela ilação:

Como teoria, quer única e exclusivamente conhecer o seu próprio objecto. Procura responder o seu próprio objecto a esta questão: o que é e como é o Direito? Mas já não lhe importa a questão de saber como deve ser o Direito, ou como deve ele ser feito. É ciência jurídica e não política do Direito.

Quando a si própria se designa como “pura” teoria do Direito, isto significa que ela se propõe garantir um conhecimento apenas dirigido ao Direito e excluir deste conhecimento tudo quanto não pertença ao seu objecto, tudo quanto não se passa rigorosamente, determinar como Direito.

Bem se vê que Hans Kelsen não renuncia aos valores de Direito, apenas não considera ser a Ciência Jurídica o campo mais apropriado para estudá-los: “*De um mofo inteiramente acrítico, a Jurisprudência tem-se confundido com a psicologia e a sociologia, com a ética e a teoria política. Esta confusão pode porventura explicar-se pelo fato de estas ciências se referirem a objetos que indubitavelmente têm uma estreita conexão com o Direito. Quando a Teoria Pura empreende delimitar o conhecimento do Direito em face destas disciplinas, fá-lo-á não por ignorar ou, muito menos, por negar essa conexão, mas porque intenta evitar um sincretismo metodológico que obscurece a essência da ciência jurídica e dilui os limites que lhe são impostos pela natureza do seu objecto*”. (Op. Cit. p. 2).

Tora-se inegável, a curto e à evidência, que o século XX soube organizar o Direito como ciência aceita sob a óptica positivista, impondo-se reconhecê-lo o papel imprescindível de Hans Kelsen e seus seguidores nesse tocante. Igualmente, é de ser registada a importância de Miguel Reale, filósofo brasileiro de renome internacional e coordenador da comissão elaboradora de novo Código Civil de 2002, na formulação da teoria tridimensional do Direito.

Segundo Miguel Reale, o direito conjuga-se no trinômio facto-valor-norma, colocando-se em termos kantianos no mundo do dever-ser, mas observando a bilateralidade atributiva, capaz de conjugar a *sociabilidade*, a *facilidade* e a *normatividade*, sempre com fundamento no livre-arbítrio, valor-fundante da própria condição humana: “A bilateralidade atributiva *dão-nos a razão de ser do*

Direito e de sua especificidade exactamente porque se situa em um plano axiológico objetivo em relação aos sujeitos da relação, insuscetível, como tal, de ser reduzido a prismas subjetivos variáveis, quer dos obrigados, quer dos quantos participem de seus atos como espectadores".²

Mais recentemente, Arnaldo Vasconcelos, Professor dos Cursos de Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade de Fortaleza, provavelmente o último cossiano da América Latina, propôs a estrutura tridimensional axiológica do Direito, anotando: "*para que o homem preserve sua dignidade de ser racional, não há escolha: a vida única é a da concepção tridimensional do Direito na qual superiormente se realiza a compatibilização dos valores da juridicidade, da justiça e da legitimidade*".³

Alheando-se das questões puramente epistemológicas, insere-se a questão quanto ao valor e seus gradientes na estrutura do Direito.

Os temores kelsenianos em discutir axiologia jurídica, pois intangíveis e variáveis, capazes de merecer tratamento díspar conforme a *mens legislatoris*, foram superados pelos dramáticos acontecimentos de 1939-45, com a descoberta dos delírios genocidas da máquina de guerra teutônica contra as minorias religiosas e étnicas da Europa.

Os valores passaram a interessar o jurista, que antes deles se ocupava como mero exercício de metafísica ou de uma superstição moribunda de um tempo que não mais olhava.

Até mesmo o Jurista de Viena, em sua obra última *Théorie Générale des Normes* (Trad. Olivier Braud e Fabrice Malkani, Paris: PUF. 1996, p. 480). tenta resgatar o conceito de "*valeur éthique sur la valeur de vérité*".

Pungente o exemplo de Gustav Radbruch, o velho Professor de Heidelberg, afastado de seu cátedra em 1933, por força da famigerada lei sobre a "restauração do funcionalismo público", editada pelo Hitlerismo, e, só retornando à universidade em 1945, após a queda do Nacional-Socialismo.

Esse humanista admirável afirmava que se os valores eram repudiados na elaboração de uma norma jurídica, tal indicação não seria propriamente partícipe da natureza do Direito: "*Medida por esse critério, partes inteiras da legislação nacional-socialista jamais alcançariam o patamar de Direito válido*"⁴.

Mas quem fora responsável pelas mais absurdas iniquidades debaixo da proteção das normas jurídicas? Apenas os integrantes das Forças Armadas, das Tropas de Assalto ou da Polícia Secreta? Somente os servidos públicos?

Absolutamente, não. Grande parte da classe jurídica e universitária comprometeu-se com a ordem nacional-socialista, com a escusa do "estrito cumprimento do dever legal" a justificar tudo e todos, porquanto à Ciência não cabia ocupar-se de valores e, os processos de elaboração legislativa na Alemanha haviam sido democraticamente postos e encontravam-se legitimamente executados pela Administração hitlerista.

Se juristas como o grande Karl Larenz e Emílio Betti, respectivamente, na Alemanha e na Itália, comprometeram-se com uma Ciência sem valores, que se

dirá dos juízes fotografados com a suástica em 1942. Não se olvidando, por indispensável, a deformação grotesca do aparelho judiciário da antiga União Soviética ao longo do século XX, entregue a uma súcia de arrivistas e pseudojuristas, verdadeiros instrumentos da perfídia de José Stalin.

Sem cair no reducionismo, é possível encontrar como uma das grandes causas da decadência do Direito e de sua característica axiológica, uma das três faces do fenómeno, a **vocação e a formação dos operadores jurídicos**.

Gustav Radbruch (*Op. cit.* p. 232), ao encerrar sua *Introdução à Ciência do Direito*, escreve passagem belíssima sobre esse problema essencial dos tempos actuais e – sem dúvida – de todos os tempos:

Cada um provavelmente já conheceu o velho juiz, vendo tudo o que é humano com compreensão e entendimento, rígido em seus princípios, mas com humildade exercida sem palavras, imparcial sobre as mentes litigantes, mas não imparcial em sua justiça inabalável. Mas todos também conhecem seu oposto, ao qual faltou o firme apoio da alegria na profissão. Existem profissões que sempre serão profissões erradas – delas o direito com certeza não faz parte – só que frequentemente é uma escolha de profissão errada. A profissão errada é o pecado maior – na verdade o pecado contra o Espírito Santo – contra o próprio espírito, por essa razão atrofiado, aleijado, distorcido.

Essa passagem dá ensanchas a que se coloque o aspecto central da presente exposição: a formação jurídica e as perspectivas profissionais em face do carácter axiológico do Direito, o que se fará, por natural conveniência, atendendo-se à realidade peculiar do sistema brasileiro.

2.º – Da Formação do Jurista: Aspectos Históricos. A Evolução dos Sistema Brasileiro até ao Último Quartel do século XX

Desde Hamurabi, o grande monarca mesopotâmio, genial criador do Código que leva seu nome, existe uma classe de homens qualificados pelo conhecimento das normas e responsável por sua aplicação, conforme as diferentes classes.⁵

Em geral, cometia-se aos sacerdotes, na primitiva associação entre *jus e fas* (direito humano e direito divino, respectivamente), o *jus dicere* – a prerrogativa de dizer o direito. Nos idiomas arianos, a palavra *jus* encontra uma sorte imensa de associações à divindade. No antigo sânscrito, *Yú* significa ligação a *Yós*, a palavra santo.

O Direito, portanto, era intimamente associado à religião e à fé, havendo uma deusa *Fides*, citada por António Manuel da Rocha e Menezes Cordeiro, em seu clássico tratado, como uma das origens da expressão jurídica boa-fé.⁶

A decadência das instituições republicadas em Roma tem seu marco histórico no ano de 27 D.C. com a instalação do principado. A ascensão de Octávio Augusto à condição de *princeps senatus* foi o início de um lento processo de con-

centração do poder político nas mãos do imperador que se completa no século II, com a instauração do dominado e da monarquia absoluta.

O Estado lentamente passava concentrar a chamada função jurisdicional e aparelhava-se com órgãos especiais, delegatários do imperador, para que se mostrasse efectivo tal mister.

O cidadão poderia requerer directamente ao Príncipe e através do processo extraordinário – que assim era chamado por subverter a ordem primitiva dos feitos, passando inicialmente pelo magistrado – obter uma sentença definitiva, lavrada teoricamente pelo Imperador, mas, em verdade, objeto do trabalho incessante de um corpo organizado de burocratas.

O imperador Justiniano completou a derruição da primitiva arbitragem, insita ao processo formular e das ações legais, proclamando a exclusividade do exercício da função jurisdicional pelo Estado. No século VI DC, portanto, esboçam-se as características derradeiras do processo extraordinário, salientando-se a configuração dos órgãos que empreendiam mencionados ofícios: *a)* estrutura hierarquizada e disciplinada, composta de servidores públicos subalternos (*exsecutores*) e do juiz (magistrado designado pelo imperador, variando sua denominação conforme a província, diocese ou município do Império); *b)* os *exsecutores* exerciam funções semelhantes aos escreventes ou assistentes técnicos do Poder Judiciário, mantendo-se em estreita subserviência ao juiz; *c)* o juiz processavam os feitos em audiências públicas, extremamente semelhantes às atuais, com apresentação de petição inicial escrita e da contestação do réu (*libellus contradictionis*), e, também, a realização da instrução; *d)* o juiz era servidor do Estado, designado por critério de conveniência política do imperador, embora fosse exigido um mínimo de conhecimento jurídico. A subordinação era administrativa e judiciária; *e)* as sentenças proferidas pelo juiz poderiam ser objecto de revisão mediante a *appellatio* e a *supplicatio*.⁷

A tanto, fazia-se necessário um instrumento de formação oficial dos juristas, até então homens livres autodidatas ou escravos gregos com grande cultura filosófica e retórica. Justiniano criou em seu governo algumas *escolas de leis*, reconhecidas como as primeiras estruturas formais de ensino jurídico no mundo ocidental.

Na Idade Média, a estrutura aristotélico-tomista dominou as *universitas* e os *collegia*, baseados no ensino de Retórica, Gramática e Teologia. Bolonha, por carta imperial de Frederico Barba Ruiva, do Sacro Império Romano Germânico, tornou-se famosa pelo “ensino de leis”, sendo, provavelmente, a primeira escola jurídica após a inauguração do conceito de universidade na Europa.

De facto, no século XI, Irnerius, considerado por Godofredo como o “*primus illuminator scieniae nostrae*”, principiara um curso de Direito Romano e, a partir de então, criara a Escola da Glosa ou dos Glosadores. Seu método consistiria em intercalar nos antigos fragmentos dos livros de *Jurisprudentia* algumas notas, ou, sendo texto de maior importância, os professores escreveriam as explicações (*glossae*) em seus próprios exemplares, divulgando-os entre os dis-

centes por meio de cópias. Deste período são Bulgarus, Martinus, Jacobus e Hugo, os *quatour doctores*, superando a todos, porém, a figura de Acúrsio.

No século XIII, surge Escola dos Pós-Glosadores, uma verdadeira superação histórica de sua antecessora, que, utilizando métodos da dialética escolástica na interpretação dos textos romanos, passou a revolucionar o conhecimento até então existente, sob a liderança de Bartolo de Saxoferrato.⁸

Eamon duffy considera ser esse período da Idade Média um dos pontos altos da profissão jurídica na História. A título de exemplo, quase todos os sumos pontífices dos séculos X-XIII eram formados em Direito pela Escola de Bolonha. Dessa época surgem grandes institutos como a ideia de pessoa jurídica (a partir do *corpus mysticum*, de Inocêncio III ou a cláusula *rebus sic stantibus*, com as Decretais de Gregório III.⁹

Paradoxalmente, os papas de Bolonha são considerados, com algumas honrosas exceções, os piores pontífices da História, o que, após a Renascença, levou a uma identificação do Direito com o sofisma, a distorção de valores e o uso de blandícias e estratégias para enganar o próximo e, o mais grave, a Deus.

Após os dramáticos acontecimentos da Reforma Protestante, o Direito laicizou-se na maioria dos países europeus, mantendo-se apenas a Península Ibérica e algumas regiões da Itália ainda sob forte influência da igreja.

Diga-se, o Direito tornou-se uma questão de Estado, servindo de instrumento à realização das políticas nacionais do Absolutismo então nascente, ou, de outra sorte, como mecanismo de exercício dos decadentes poderes feudais pelos aristocratas rurícolas, quando actuavam como juízes em seus condados e marcos.

A vida de São Tomás Morus, martirizado por se opor ao Ato de Supremacia de Henrique VIII, é, talvez, a mais bela metáfora da transformação ocorrida naqueles tempos.

Outra grande ruptura somente irá ocorrer com a Revolução Francesa de 1789.

Com a decadência do poder central, os nobres controlavam a justiça em seus condados, marcos e ducados, numa delegação suserano-vassalo, que se efectivara na Idade Média. O último resquício dessa forma de exteriorização medieval são os cartórios particulares, “quando a nobreza, pressionada pela necessidade de dinheiro, vendia os cargos públicos, sobretudo os judiciais, transformando-os em coisa privada que se transmitia por herança”.¹⁰

Os aristocratas, em geral, exerciam as atribuições da judicatura, como magistrados, procuradores e tabeliães. Seus cargos eram semelhantes a títulos de nobreza, submetidos às regras da transmissão hereditária, e, a grande finalidade das serventias e juízo era fornecer uma renda segura e constante ao seu titular.

Eugenio Raul Zaffaroni merece se colacionado a esse respeito:

A justiça revolucionária francesa foi estabelecida em oposição a do ‘antigo regime’. A imagem simplista e popularizada de que, no ‘antigo regime’, era o Rei o titular do poder de julgar, é teórica, mas não real. São Luís distribuindo

justiça não passava de uma metáfora. Na prática, em correspondência a uma monarquia empobrecida, a justiça estava nas mãos dos ‘parlamentares’, nos quais os cargos eram vendidos, herdados ou alugados, como mais uma propriedade. Este fenómeno não nos foi alheio, pois, igualmente durante a colónia os cargos judiciais nos Juizados eram vendidos, pelo menos até 1750, segundo as necessidades da coroa espanhola, embora constituísse um risco comprá-los, porque eram vitalícios e também não eram transmitidos por herança.

Na França isso constituía uma fonte de poder real até Luís XIV, o qual lhes fez perder o poder, embora este lhes fosse restituído com o a ascensão ao trono de Luís XVI. Com isso, reeditou-se a permanente querela de atribuições entre os ‘parlamentares’, que era, na verdade, uma pugna pelos honorários, mas que aniquilava aqueles que lhes solicitavam serviço e definitivamente, transformava qualquer pleito em algo caprichoso, incerto, caro e interminável.¹¹

O processo pré-Revolução Francesa transformara-se em um capricho, uma incerteza, de custo elevado e sem previsão de um final próximo. Como escreveu alegoricamente Robert Baldinter, a estrutura judiciária seria como uma catedral, em que a casa século se havia agregado a torre, a capela, o portal ao velho edifício. O conjunto constituir-se-ia numa rede de jurisdições que se cruzavam, se conjugavam e se combatiam (*Naissance d'une justice*, in. ‘Un autre Justice 1789-1799. Etudes publiées sous la direction de Robert Baldinter’. ‘Contributions à l’histoire de la justice sous la Révolution Française’. Paris, 1989. p. 09).¹²

A Revolução Francesa, marcada pelas ideias exegéticas, derriba a organização capetíngia e instaura a supremacia da lei sobre todos, inclusive em relação ao Rei e ao Juiz. Extintas são as jurisdições concorrentes e nasce o juiz *bouche de la loi*.

Os derrareiros instrumentos de jurisdição privado – à excepção da arbitragem – eram sepultados. Os juristas voltavam a ganhar importância no cenário europeu e na América. A formação dos bacharéis torna-se uma necessidade e surgem diversos centros de ensino jurídico descomprometidos com os valores de antanho.

Na América, os pais fundadores dos Estados Unidos são juristas. Nas grandes convenções pós-1815, na Europa em reconstrução, os diplomatas aliam a seus títulos a condição de advogados.

No Brasil, desde cedo estudar Leis em Coimbra foi sinónimo de *status* e de alcance de elevados níveis na sociedade colonial.

Em sua famosa obra *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, Machado de Assis, o mais famoso romancista brasileiro do século XIX, assinala que a personagem principal tomara lições de Direito em Coimbra.

O Oitocentos, no Brasil e, provavelmente no Portugal, é o século do *bacharelismo*, expressão histórica para designar a preponderância da profissão jurídica na sociedade.

A literatura ridicularizava a formação desses *senhores da sociedade moderna*, apresentando o grande Eça de Queiroz uma das mais acerbas críticas a esse fenó-

meno. O *Conde de Abranhos*, que ao lado do Conselheiro Acácio (de *O Primo Basílio*), do Pacheco (de *Correspondência de Fradique Mendes*) e o Gouvarinho (de *Os Maias*), compõe o quarteto de medíocres da obra queiroziana, apresentou um “Projeto de Reforma do Ensino Jurídico”, em tom absolutamente sarcástico: “Hoje, destruído o regime absoluto, temos a certeza que a Carta Liberal é justa, sábia, é útil, e são. Que necessidade há de a examinar, discutir, verificar, criticar, comparar, pôr em dúvida? O hábito de decorar a sebenta – produz mais tarde o hábito de aceitar a Carta. A sebenta é a pedra angular da Carta! O Bacharel é o germen do Constitucional”.¹³

A criação dos cursos jurídicos brasileiros é tributária de Sua Majestade Dom Pedro I, imperador do Brasil (o mesmo D. Pedro IV, Rei de Portugal). Esse grande estadista, além de haver instituído e mantido unidade nacional (obra verdadeiramente monumental, considerando as dimensões de nosso País e a triste realidade das vizinhas nações latino-americanas), por decreto imperial de 11 de Agosto de 1827, estabeleceu as Faculdades de Direito do Norte do Império (em Olinda, Pernambuco) e do Convento do Largo do São Francisco (em São Paulo).

O Curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Academia de São Paulo, que começou a funcionar em 1.º de Março de 1828 e o Curso de Ciências Jurídicas e Sociais de Olinda, inaugurado em 15 de Maio de 1826, representaram marcos referenciais da nossa história, cujo propósito era a formação da elite administrativa brasileira.

Posteriormente, por iniciativa do Ministro Conselheiro Francisco Alberto Teixeira de Aragão, do Supremo Tribunal de Justiça, sugeriu-se a criação de uma entidade que facilitasse, quando fosse oportuno, o advento da Ordem dos Advogados.

Ele próprio articularia esse empreendimento, fundando na Corte Imperial, em Janeiro de 1843, a *Gazeta dos Tribunais*, um periódico preocupado com a transparência dos actos da justiça e com questões importantes do Direito. Já no primeiro número, a *Gazeta* publicou um artigo intitulado “*A Necessidade de uma Associação de Advogados*” e, em 16 de Maio de 1843, divulgou os estatutos da Associação dos Advogados de Lisboa, aprovados por portaria de 23 de Março de 1838. Após um mês, aproximadamente, teve início a discussão em torno da criação de uma corporação que reunisse e disciplinasse a classe de advogados.

Profundamente influenciados pelo estatuto da associação portuguesa, “inclusive no que diz respeito à finalidade primordial da instituição: a constituição da *Ordem dos Advogados*”, um grupo de advogados, reunidos na casa do Conselheiro Teixeira de Aragão, organizou os estatutos do Instituto dos Advogados Brasileiros. Submetido à apreciação do Governo Imperial, recebeu aprovação pelo Aviso de 7 de Agosto de 1843. O art. 2.º dos estatutos da nova instituição dispunha: “O fim do instituto é organizar a *Ordem dos Advogados*, em proveito geral da ciência da jurisprudência”.

Durante o final do século XIX até o início do século XX, o *bacharelismo* tornou-se um conceito associado às instituições brasileiras. Todos os mais impor-

tantos cargos da República eram ocupados ou destinados a bacharéis em Direito.

Mesmo não havendo previsão legal, à excepção dos cargos de juiz e membro do Ministério Público, as secretarias, os ministérios, as delegações de polícia, as delegacias de fiscalização fazendária, eram postos exercidos por bacharéis em Direito.

Historiadores como Oliveira Viana e Werneck Sodré, por muitas décadas, iriam apontar o *bacharelismo* como uma das grandes características do Brasil-agrário, de uma sociedade retrógrada, baseada apenas na economia rural, sem técnicos, engenheiros, pesquisadores, que se louvava apenas no beletrismo, nos ouropéis linguísticos, deixando passar ao largo o desenvolvimento e a industrialização.

O ano de 1930 foi um marco na História do Brasil. Ascendeu ao poder o Presidente Getúlio Vargas e, com ele, uma nova política nacional de desenvolvimento, que se estenderia até os anos de 1970, com os governos da Revolução Militar de 1964.

O Brasil, ao longo desses quarenta anos (1930-1970), transformar-se-ia numa nação industrializada, predominantemente urbana, com amplo acesso aos meios de comunicação de massa, dotada de infra-estrutura de transporte rodoviária e com destacada produção de automóveis e bens de consumo.

Tais mudanças afectaram profundamente as profissões jurídicas. A criação da Ordem dos Advogados do Brasil, coincidentemente em 1930, possibilitou a exigência de requisitos formais para o exercício da advocacia, até então absolutamente desregulamentada. Algumas leis passara a tornar impeditivo o diploma de bacharel em Direito para o acesso a cargos públicos no âmbito do Poder Judiciário.

As décadas de 1930-1970 corresponderam à Era do aço e do petróleo. Ser advogado tornou-se socialmente irrelevante. As carreiras militares e os cursos de Engenharia, Arquitectura e Economia ultrapassaram a procura das Escolas de Direito nas universidades. As condições salariais eram bem superiores naquelas áreas e as possibilidades de crescimento profissional muito maiores.

O Direito ficou relegado a uma posição secundária, à moda e à semelhança dos velhos compêndios empoeirados, com os seus dosséis esvanecendo sob o olhar de desprezo de alguns ou sob a visão cheia de comiseração de outros.

3.º – Da Situação Atual das Profissões Jurídicas

O advento da mais nova carta constitucional brasileira em Outubro de 1988 e a redescoberta dos direitos fundamentais por um sociedade até então oprimida pelos controles do Regime Militar de 1964-1984, provocaram um renascimento das profissões jurídicas no Brasil.

O número de litígios aumentou exponencialmente. As pessoas descobriram-se como “cidadãos”. Fenómenos tipicamente norte-americanos como *dano*

moral, assédio sexual, discriminação racial ou questões de natureza tributária, previdenciária e trabalhista passaram a ocupar diuturnamente os tribunais e juízos brasileiros, o que deu ensanchas aos seguintes efeitos:

- a) ampliação generalizada dos quadros da magistratura e do Ministério Público, bem assim das Procuradorias Judiciais da União, dos Estados e dos Municípios;
- b) fortalecimento do Poder Judiciário como instrumento estatal de realização dos direitos fundamentais, como a construção de novas sedes, contratação de servidores públicos e criação de toda uma rede de auxiliares judiciais (peritos, oficiais de justiça, contadores);
- c) aumento considerável do número de faculdades de Direito no Brasil, com semelhante majoração das quantidades de vagas oferecidas nos cursos existentes;
- d) majoração do número de professores nas faculdades de Direito, além do aprimoramento de seus níveis de titulação, com expressivo quantitativos de docentes afastados para cursos de Mestrado e Doutorado;
- e) criação de uma nova cultura de pesquisa jurídica no Brasil, com o surgimento de dezenas de novos periódicos – revistas, anais, colectâneas – e de livros monográficos ou de autoria colectiva;
- f) uso de meios electrónicos, telemáticos e informáticos para difusão de doutrina e jurisprudência, destacando-se a rede mundial de computadores e de sítios dos tribunais brasileiros, contendo acórdãos e decisões com ementas e votos dos relatores, apresentando actualização diária e directa.

Para uma compreensão mais precisa desses fenómenos basta indicar algumas estatísticas, quase todas hauridas do banco de dados electrónico do Supremo Tribunal Federal:

- a) o Supremo Tribunal Federal – órgão equivalente em termos de competência à Corte Constitucional Portuguesa – no ano de 2001, julgou 106.077 mil processos, enquanto que em 1981, apreciou 12.494 processos;
- b) o Superior Tribunal de Justiça – órgão equivalente ao Supremo Tribunal de Justiça de Portugal – no ano de sua instalação, em 1989, julgou 3711 processos, e, no ano de 2001, seus ministros decidiram nada menos que 40.787 processos.

A constituição Federal de 1988, em seu art. 37.º, instituiu a obrigatoriedade do concurso público de provas e de títulos para o acesso a quaisquer cargos no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Tal norma criou em todo o Brasil uma cultura de concursos públicos, em especial na área jurídica. A procura pelas Faculdades de Direito aumentou em níveis exponenciais. Ressalte-se que os padrões remuneratórios para jovens recém-formados é extremamente atractivo. A título de exemplo, em valores líquidos, um juiz federal recebe aproximadamente dois mil e quinhentos euros

e, em alguns estados, um membro do Ministério Público pode receber até mesmo três mil e quinhentos euros na carreira inicial.

Os advogados, igualmente, ampliaram seu número nos últimos dez anos. As estatísticas da OAB dão conta de que ultrapassamos o número de 500.000 inscritos no Brasil.

Em termos específicos, é possível estabelecer o seguinte cabedal de profissões para as quais se exige em carácter obrigatório ou preferencial a formação em Ciências Jurídicas:

- a) obrigatoriedade – *Juiz de Direito e Promotor de Justiça* (equivalentes portugueses à Magistratura, actuando o último como acusador exclusivamente); *Juiz Federal e Procurador da República* (exercentes da magistratura de pé e sentada no âmbito da União); *Juiz do Trabalho e Promotor do Trabalho* (magistrado com competência especial para causas envolvendo trabalhadores e empregadores); *Juízes-Auditores Militares Federais e Promotores Militares Federais* (magistrados com competência exclusiva para crimes envolvendo militares das Forças Armadas Brasileiras); *Juízes-Auditores Militares Estaduais e Promotores da Justiça Militar Estadual* (exercem as mesmas atribuições dos anteriores, só que no âmbito das Polícias Militares dos Estados); *Procurador da União* (Advogado da União, Procurador da Fazenda Nacional, Assistente Jurídico da União, Procurador Federal), *Procurador do Estado e Procurador do Município* (exercentes do contencioso e da consultoria jurídicos para os entes federados); *Delegado de Polícia Civil e Delegado de Polícia Federal*; *Defensor Público Estadual e Defensor Público da União* (titulares da função de defesa judicial gratuita dos necessitados); *Técnico Judiciário Escrivão e Director de Secretaria* (serventuários que exercem funções técnicas no âmbito do Poder Judiciário); *Oficial de Justiça* (na maioria dos Estados é exigida formação superior em Direito, corresponde ao antigo meirinho português); *Assessor de Juiz* ou *Assessor de Desembargador* (oficial, no âmbito do Poder Judiciário, que actua directamente junto a membro de corte federal, estadual ou superior, auxiliando-o na elaboração de votos e relatórios); *Oficial de Promotoria* ou *Oficial de Procuradoria* (exerce as mesmas funções do Assessor de Juiz ou de Desembargador no âmbito do Ministério Público); *Consultor Jurídico de Órgãos Públicos* (geralmente é um integrante da carreira de Procurador da União do Estado ou do Município, mas, existe a função independente em alguns sectores da Administração Pública, actuando seu titular como o orientador jurídico do titular da pasta ou do órgão); *Procuradores Especiais da Marinha do Brasil* (órgão especial de defesa jurídica da Marinha de Guerra do Brasil, inserido no âmbito da Procuradoria da União); *Chefia e Exercício da Procuradoria Judiciais de Autarquias, Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas e Empresas Privadas*.
- b) facultativamente, mas sempre com nível superior: *Fiscal do Trabalho, Fiscal da Previdência e Fiscal da Fazenda Nacional* (Servidores do Poder Execu-

tivo responsáveis pelo controle das actividades trabalhistas, tributárias e previdenciárias de empresas); *Assessor Legislativo* (exerce o trabalho de acompanhamento e auxílio dos parlamentares no processo legislativo federal, estadual e municipal); *Fiscal Fazendeiro* e *Fiscal de Tributos* (homólogos dos Fiscais da Fazenda no âmbito dos Estados e dos Municípios); *Ministros e Conselheiros dos Tribunais de Contas da União, do Estado e dos Municípios* (magistrados administrativos que julgam as contas públicas dos respectivos entes da Federação); *Técnicos e Assessores dos Tribunais de Contas* (exercem função de assessoramento aos Ministros e Conselheiros dos Tribunais de Contas).

Além dessas profissões, existem os mais elevados cargos do Poder Judiciário e do Ministério Público, os quais são privados de bacharel em Direito: *Desembargadores Estaduais* e *Desembargadores Federais* (juízes integrantes de tribunais dos Estados, do Distrito Federal ou da União); *Juizes Regionais do Trabalho* (juízes integrantes dos tribunais especializados em questões trabalhistas); *Ministros dos Tribunais Superiores* (Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Superior Eleitoral); *Procuradores Regionais da República* e *Procuradores Regionais do Trabalho* (integrantes do Ministério Público da União perante os respectivos tribunais); *Procuradores de Justiça* (membros da magistratura de pé junto aos tribunais dos Estados); *Procurador Geral da República*, *Procurador Geral do Trabalho* e *Procurador Geral Militar*, respectivamente os chefes do Ministério Público Federal, do Trabalho e Militar.

Apenas o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, a mais alta posição da estrutura jurídica brasileira, é dispensado da condição de bacharel em Direito. Realmente, a Constituição de 1988 exige apenas o *notório saber jurídico*, o que não necessariamente implica ser o indicado alguém formado em Ciências Jurídicas. Porém, ressalvado um esdrúxulo caso no início do século XX, nunca foi nomeado alguém que não ostentasse tal condição.

Quanto à advocacia, a Constituição de 1988 consagra-lhe um artigo expresso: “O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus actos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei” (art. 133).

A condição de advogado é decorrência de sua inscrição nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil, autarquia federativa, com secções em todos os Estados do País, mediante comprovação de idoneidade moral, conclusão de curso de Ciências Jurídicas e aprovação em um concurso nacional – o Exame de Ordem – que é realizado por cada uma das representações estaduais da Entidade, duas vezes ao ano.

A lei que rege o exercício da profissão de advogado no Brasil é a de número 8906, publicada aos 04 de Julho de 1994. Em seus primeiros dispositivos encontra-se predicado que¹⁴:

- a) são atividades privativas de advocacia: a postulação a qualquer órgão do Poder Judiciário; as atividades de consultoria, assessoria e direção jurídicas (art. 1.º);
- b) a advocacia é ministério privado e seu exercente presta serviço público e exerce função social (art. 2.º, § 1.º);
- c) o exercício da atividade de advocacia no território brasileiro e a denominação de advogado são privativos dos inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (art. 3.º).

Atualmente, o exercício da postulação em juízo privativamente por advogados encontra exceções no direito brasileiro, podendo, nesses casos, fazer-se a parte acompanhar *facultativamente* do profissional: a) ações de alimentos; b) ações de acidentes de trabalho; c) ações perante a Justiça do Trabalho; d) ações perante os Juizados Especiais (tribunais de causas de pequeno valor económico ou para crimes de pouca lasividade).¹⁵

No que concerne à formação desses bacharéis, notou-se uma acentuada mudança de perfil nos últimos dez anos. Em 1995, o Brasil possuía apenas 20 programas de pós-graduação em Direito, sendo apenas quatro cursos de Doutorado. No ano de 2000, passamos para 35 cursos de Mestrado e 11 cursos de Doutorado. As especializações, modalidade de pós-graduação *latu sensu*, com 350 horas anuais, ultrapassam as trezentas em todo o País.¹⁶

No ano de 1999, o Ministério da Educação do Brasil apontava a existência de 36 cursos de Bacharelado em Direito actuando no País e mais de 400 projetos de novos cursos em tramitação.

O aumento exacerbado de escolas de Direito levou a Comissão de Ensino Jurídico da Ordem dos Advogados do Brasil, instituição que integro desde 2001, a iniciar uma ampla campanha contra as autorizações ministeriais e à banalização do ensino jurídico no País.

A profissão de advogado, que recuperou parte do seu prestígio histórico no último quartel do século XX, corre o risco de ser destituída de seus maiores apanágios com a alteração radical do perfil dos cursos jurídicos e da formação das novas instituições.

Há até mesmo uma consciência de despreparo dos novos profissionais, seja pela ausência de fundamentos teóricos em alguns cursos, seja pela omissão de outros na adaptação dos futuros bacharéis a situações de um mundo globalizado¹⁷, com a internacionalização da advocacia; o uso dos meios electrónicos; as novas tendências do Direito e os mercados emergentes; o domínio de idiomas; a interdisciplinaridade.

A arbitragem internacional é outra realidade que o Brasil principia a conhecer, especialmente após o fim da exigência de homologação das sentenças arbitrais pelo Poder Judiciário, com o advento da Lei n.º 9037, de 23.09.1996.¹⁸

4.º – Das Perspectivas sobre as Profissões Jurídicas no Brasil do Século XXI: Conclusões

Paradoxalmente, nos albores do século XXI, o Brasil vê o renascimento do velho *bacharelismo* dos séculos XIX-XX, mas, como tudo na História, apresentando-se com outras vestimentas.

Do Beletismo e do uso do cargo público como forma de afirmação social da classe média, o diploma de bacharel em Direito tornou-se instrumento maviOSO de obtenção de um sólido *status* dentro da organização do Poder Judiciário ou, em menor grau, do Poder Executivo.

O mecanismo constitucional do concurso público, universalizado em 1988, anualmente convoca milhares de jovens a disputar uma vaga na Administração ou na Magistratura. Cuidou-se de uma revolucionária maneira de transformar a realidade dos cursos jurídicos, revalorizando a profissão e dotando de órgãos estatais de servidores mais preparados.

Entretanto, são desanimadoras as estatísticas que evidenciam os níveis de reprovação nos concursos públicos e nos Exames de Ordem, outro salutar instrumento de selecção para o ingresso na classe dos advogados.

Denotam as fragilidades de um ensino jurídico que se expandiu de modo irreflectido nos últimos quinze anos, procurando atender a uma demanda sempre crescente por novas vagas, em especial quando se observa a incapacidade das instituições públicas de ensino superior em atender às exigências por mais oportunidades de ingresso na universidade.

A consciência jurídica do cidadão, que impulsionou a busca de amparo jurisdicional, também contribuiu para que o advogado fosse recolocado em condição de destaque na vida brasileira. A evolução dos julgamentos nos juízos e tribunais brasileiros bem o demonstram.

Entretanto, todas essas constatações não podem ofuscar uma realidade pungente que o Brasil atravessa: *a decadência das profissões técnicas*.

Num movimento pendular, os profissionais das áreas técnicas, que tanto fastígio gozaram nos anos de 1930-970, com o surto avassalador de desenvolvimento do Brasil, atravessam hoje uma fase vexatória. Ano após ano é declinante o número de inscritos para os exames de admissão de cursos como Engenharia Civil ou Arquitetura, Biologia ou Química.

A causa fundante dessa realidade encontra-se no abismo tecnológico que os anos de 1980-1990 impuseram a países como o Brasil. A globalização e seus deletérios efeitos sobre as indústrias nacionais faz-se sentir também em nosso País, com o declínio significativo de parcelas consideráveis da indústria nacional ou mesmo sua incorporação por investidores estrangeiros.

O Brasil tem-se adaptado com algum sucesso a esses novos tempos, especialmente com a adopção de políticas fiscais draconianas e uma redução insensível de seus investimentos para manter-se compatível com as exigências de superavit primário da Banca Internacional. Entretanto, tal modo de gestão te

provocando terríveis consequências sociais, afastando profissionais qualificados de suas áreas e de suas vocações, fazendo-se buscar no Curso Jurídico a tábua de salvação.

O futuro, acaso seja-me dado o papel de fazer previsões, passará necessariamente pela reforma do Ensino Jurídico e pela transformação do Bacharel em Direito num profissional adaptável aos desafios do novo tempo. Inspira-me, contudo, a ideia de que muitas escolas jurídicas brasileiras já têm esse primado como profissão de fé e ostentam índices de excelência compatíveis com as melhores universidades do mundo.

Estou por certo, persuadido de que o futuro reservará um espaço mui peculiar ao humanismo e aos valores da Cultura e do Espírito, derradeiros limites entre a civilização e a barbárie. E o Direito, ciência metafísica por excelência, permanecerá como um farol de Alexandria a iluminar as civilizações e enaltecer os corações a exercer a missão evangélica de fazer cada dia um lugar novo debaixo do sol.

Fiquemos, assim, com a maior expressão jurídica brasileira do Século XIX, Rui Barbosa, quando este pronuncia palavras mui pertinentes a um colóquio sobre Direito enquanto valor e as perspectivas do ensino: *A profissão jurídica, que, entrelaçada pelas relações mais íntimas ao sacerdócio da justiça, impõe ao advogado a missão da luta pelo direito contra o poder, em amparo dos indefesos, dos proscritos, das vítimas da opressão, tanto mais recomendáveis à protecção da lei, quanto mais formidável for o arbítrio, que os esmague, quanto mais sensível for o vazio, que a ignorância, a covardia de uns, o desalento de outros, a letargia geral abrirem de redor dos perseguidos. (...) Na missão do advogado também se desenvolve uma espécie de magistratura. As duas se entrelaçam, diversas nas funções, mas idênticas no objecto e na resultante: a justiça. Com o advogado, justiça militante. Justiça imperante, no magistrado".* (Escritos e Discursos Selectos. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1995, p. 964).

Bibliografia

- ADEODATO, João Maurício. *OAB – Ensino Jurídico – Balanço de uma Experiência*. Brasília: OAB, 2000.
- ALIGUIERI, Dante. *Da Monarquia*. Trad. João Penteado E. Stevenson, Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1967. L.
- BALDINTER, Robert. *Etudes publiées sous la direction de Robert Baldinter. 'Contributions à l'histoire de la justice sous la Révolution Française'*. Paris: PUF, 1989.
- BARBOSA, Rui. *Escritos e Discursos Seletos*. Rio de Janeiro. Nova Aguillar, 1995. P. 964.
- BEZERRA, Francisco Otávio de Miranda. *Ensino Jurídico: Momentos Históricos e Propostas para uma Nova Realidade*. in *Revista Pensar do Curso de Direito da Universidade de Fortaleza* – v. 6 - N.º 6 - p. 47/61 - Fev./2001.
- BRETONE, Mario. *História do Direito Romano*. Lisboa: Editorial Estampa, 1990.

- CAPELLARI, Eduardo. *Ensino Jurídico – Leituras Interdisciplinares*. São Paulo. Cultural Paulista, 2001.
- COSSIO, Carlor. *La Teoría Ecológica del Derecho y el Concepto Jurídico de Libertad*. Buenos Aires: Astrea, 1967.
- DUFFY, Eamon. *Santos e Pecadores – História dos Papas*. São Paulo: Cosac e Naify, 1998.
- GILISSEN, John. *Introdução Histórica ao Direito*. Trad. A. M. Hespanha. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.
- HART, Herbert L. A. *O Conceito de Direito*. Trad. A. Ribeiro Mendes. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.
- KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 4 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- _____. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Trad. Pailo Quintela. Lisboa: Edições 70, 1997.
- KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. Trad. João Baptista Machado. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- _____. *Théorie Générale des Normes*. Trad. Olivier Baud e Fabrice Malkani. Paris: PUF, 1996.
- LÔBO, Paulo Luiz Netto. *Comentários ao Estatuto da Advocacia*. 2 ed. Brasília: Brasília Jurídica, 1996.
- MENEZES, Djacir. *Introdução à Ciência do Direito*. 4 ed. Ver. e aum. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1964.
- MENEZES CORDEIRO, Antônio Manuel da Rocha e. *Da Boa-Fé no Direito Civil*. Coimbra: Almedina, 1984. V.1.
- NÓBREGA, Vandick Londres da. *História e Sistema do Direito Privado Romano*. 3 ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1962.
- QUEIROZ, Eça de. *O Conde de Abranho*. In., *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1997. P. 956-957. t. II.
- RADBUCH, Gustav. *Introdução à Ciência do Direito*. Trad. Vera Bardow. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- RANGEL DO CARMO, Sérgio Luís Saba. *Arbitragem Comercial Internacional e a nova Lei de Arbitragem*. In. *Advogado: Desafios e Perspectivas no Contexto das Relações Internacionais*. Brasília: OAB, 1997.
- REALE, Miguel. *Filosofia do Direito*. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 1994.
- ROCHA, José de Albuquerque. *Teoria Geral do Processo*. 5 ed. São Paulo: Malheiros, 2000.
- STAMMLER, Rudolf.. *Economia y Derecho*. Buenos Aires: Atalaya, 1954.
- _____. *Direito, Humanismo e Democracia*. São Paulo: Malheiros, 1998.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Poder Judiciário – Crise, Acertos e Desacertos*. Trad. Juarez Tavares. São Paulo: RT, 1995.